

Prezadas Instituições de Justiça e Comitê Pró-Brumadinho,

Em nome da Instância Regional 4, gostaríamos de agradecer a presença do Defensor Público Antônio aqui hoje, representando a Defensoria Pública de Minas Gerais, e também aos membros do Ministério Público de Minas Gerais e do Comitê Pró-Brumadinho que responderam ao nosso convite, mas que infelizmente não puderam estar presentes.

Somos muitos e diversos. Ontem iniciamos o nosso quarto encontro regional de comissões, com representantes das comissões e povos e comunidades tradicionais dos municípios de Pompéu e Curvelo, que compõem a Instância Regional 4. Ao longo da tarde, estivemos reunidos para dialogar sobre nosso território e como estamos hoje, quase 6 anos após o rompimento. Pensar sobre a reparação em nosso território e como nos organizamos para lutar por uma reparação justa não é fácil, porque estamos falando do lugar onde vivemos nossas histórias, onde construímos nossas famílias, trabalhamos e produzimos.

Tudo isso foi diretamente e gravemente atingido por um crime que modificou profundamente as nossas vidas. Viemos hoje apresentar um pouco da nossa luta e fazer um importante convite: **Venham conhecer a nossa realidade! Convidamos a virem ao nosso território conhecer um pouco do que tentaremos trazer nessa carta.** Nosso objetivo é buscar parcerias e construir fluxos, para que a reparação aconteça de forma mais organizada e atenda a realidade de nossas comunidades.

Até o dia 25 de janeiro de 2019, nossas comunidades tinham comércios, pousadas, restaurantes, artesãs que se beneficiavam do fluxo de turistas. A gente vivia da produção de diversos cultivos agrícolas, produção de doces, coleta de pequis, da pesca, criávamos peixes em tanques rede. A gente tinha horta, pomares com frutas variadas. E todas essas atividades e produções às margens da represa de Três Marias e ao longo do rio Paraopeba sofreram com o rompimento da barragem de Brumadinho.

**Nossas comunidades estão muito distantes umas das outras, as estradas rurais de acesso são precárias e não possuímos sinal de telefonia e internet. Muitas vezes, sequer temos acesso à energia elétrica.** Passamos horas em deslocamento para poder participar de reuniões. Isso faz com que a participação em atividades ligadas à reparação seja muito difícil. Sem estrutura, não conseguimos nos reunir presencialmente para fazer uma reunião da região 4.

Hoje, o que destacamos é que o processo de reparação está mal organizado e não tem nenhuma sintonia entre a execução de cada anexo do Acordo. Por exemplo, a demora no início do anexo 1.1 aumenta e aprofunda os nossos desafios, precisávamos que o Instituto Guaicuy acompanhasse pelo menos os dois primeiros anos do anexo 1.1, e pelo que temos hoje, as ATIs também saem antes da metade do programa. Ao mesmo tempo, o PTR já está em redução, mas deveria durar até termos condições de viver da nossa produção e do nosso trabalho, que hoje está impedido de ser realizado pela contaminação e insegurança. Não temos transparência sobre os projetos convertidos do Anexo 1.3 e não podemos, por exemplo, dar sugestões para novos projetos de políticas públicas que possam sanar problemas de infraestrutura que precisam ser resolvidos para o Anexo 1.1 dar certo!

**Não sentimos que o poder público local está caminhando com a gente nessa luta. A ausência dos municípios junto às comunidades atingidas nos deixa receosos diante da conversão dos projetos do Anexo 1.3. Sabemos que somos munícipes, mas a realidade rural cotidianamente nos impede de acessar os projetos do Anexo 1.3 voltados para a parte urbana. Às vezes parece que fomos ainda mais esquecidos.**

Não temos reparação socioambiental e não podemos participar diretamente dos espaços de acompanhamento do Anexo 2. A falta de perspectiva na reparação socioambiental nos deixa sem perspectivas de futuro, considerando que a água do nosso rio que tanto nos serviu para agricultura, para a pesca e pecuária, hoje está contaminada e não pode ser utilizada para nenhuma finalidade. Nosso comércio e turismo foram profundamente prejudicados, assim como o nosso sossego e relações comunitárias e familiares.

**As medidas emergenciais parecem ter sido esquecidas no meio de tantas discussões, mas nós não esqueceremos. Poucos que precisavam efetivamente receber e aqueles que receberam estão tendo seu fornecimento reduzido ou interrompido. Ainda falta água para o povo.** Outra questão ainda sem definição são as indenizações individuais que temos direito de receber e que não estão avançando da forma como gostaríamos. Permanecemos sem respostas de quando e como receberemos nossas indenizações.

Reforçamos então que o nosso território é marcado pela irregularidade fundiária e falta de acesso à serviços básicos como energia, telefonia, saneamento, transporte, problemas de abastecimento de água, e a reparação tem que observar essas características das comunidades rurais para que tenhamos acesso efetivo às medidas de reparação. Inclusive, com formas de comprovação alternativas.

Esperamos profundamente que vocês, das Instituições de Justiça, estejam mais perto da gente, que possam conhecer nosso povo, nossas casas e nossa realidade. Esperamos continuar sendo assessorados adequadamente e com qualidade enquanto houver medidas de reparação e ter condições reais de participar ativamente. Esperamos ser ouvidos, e que possamos dialogar a partir da proposta de fluxo que pretendemos propor.

Curvelo, 01 de dezembro de 2024

Instância Regional 4

Comissão Angueretá

Comissão Assentamentos

Comissão Baú e Piau

Comissão Balneário Reino dos Lagos

Comissão Cachoeira do Choro e Encontro das Águas

Comissão Novilha Brava e Campo Alegre

Comissão Recantos

Comissão São Marcos e Santa Cecília

Comissão Povo Kaxixó